



## Vestígios de época visigótica no concelho de Montemor-o-Novo

Maria Manuela dos Santos Pereira

### Introdução

Pretende-se, com este trabalho, a realização de um estudo sobre os fragmentos arquitectónicos, atribuídos ao período visigótico, existentes no Concelho de Montemor-o-Novo.

Tal como acontece para a época romana e islâmica, também para o período visigótico se desconhecem referências históricas e textuais à povoação de Montemor-o-Novo. Se para o período romano, a escassez de materiais provenientes do Castelo leva muitas vezes a colocar em causa se esses materiais são ou não dali originários, o mesmo, pensamos nós, já não pode acontecer para a época visigótica. De facto, seis das sete peças aqui estudadas são originárias do Castelo e dessas, três encontram-se integradas em construções de época medieval, pelo que consideramos minimamente segura a proveniência deste materiais.

No Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, encontra-se em depósito uma lucerna tardo-romana com um *crismon* que poderá ser originária de Montemor-o-Novo. No entanto, decidimos não a incluir neste estudo uma vez que nem tivemos acesso à peça nem temos certezas da sua proveniência.

A localização de Montemor-o-Novo, numa encruzilhada de eixos viários desde tempos imemoriais, contribuiu para a fixação desde muito cedo de populações no sítio com melhores características defensivas – o Castelo. Não é assim de estranhar a

existência de povoamento bastante antigo neste local, talvez ainda de época pré-histórica.

Alguns autores defendem a existência no Castelo de um povoado romano — *Castrum Manlianum*. Apesar de não termos até agora quaisquer provas documentais ou arqueológicas<sup>1</sup> desta ocupação e tendo em conta, como iremos ver, que os materiais visigóticos aparecem normalmente associados a vestígios tardo-romanos, colocamos a hipótese da existência de uma pequena povoação romana de cariz essencialmente defensivo no cimo da colina do Castelo que teve continuidade na época visigótica.

### O período tardo-romano, os visigodos e a cristianização do Ocidente Peninsular

O século V d.C. é, pelo menos na Península Ibérica, uma época de deterioração política e administrativa do Império Romano. A administração e as instituições não funcionam, o sistema monetário entra em colapso, as cidades entram em decadência e as suas fronteiras deixam de ser seguras. É neste contexto que surgem as invasões germânicas, também chamadas invasões bárbaras, em vagas sucessivas que, aliadas aos factores anteriormente referidos, contribuem definitivamente para a queda do Império romano do Ocidente que desaparece oficialmente com o último imperador Rómulo Augusto em 476.

Apesar dos bárbaros não destruírem o sistema administrativo romano, ignoram-no e paralisam-no, verificando-se, no século V e seguintes, uma progressiva deterioração das instituições políticas e administrativas romanas.

A Península Ibérica foi invadida pelos povos Suevos, Vândalos, Alanos e, finalmente em meados do século VI, pelos Visigodos que fazem da cidade de Toledo, em Espanha, a sua capital.

O povoamento visigodo não foi, no início e ao que parece, homogéneo. Em primeiro lugar chegaram os guerreiros que tomaram a península e depois, a pouco e pouco, as populações vindas da Gália com intenção de colonizar o substrato hispano-romano pré-existente. De facto as, ainda, poucas fontes arqueológicas que possuímos para este período revelam-nos o lento declínio de uma civilização romana que mantém praticamente inalteráveis os seus padrões de vida mas que perde a sua capacidade de renovação e de produção de testemunhos monumentais a que a época imperial nos tinha acostumado. Num contexto político instável, com as agitações e lutas permanente dos povos germânicos, apenas se deveriam executar pequenos trabalhos de manutenção e conservação.

Tradicionalmente, tem sido defendida a tese do desaparecimento e abandono das *villae* romanas rurais devido às destruições e instabilidade política ocasionadas pelas diferentes vagas de invasões dos povos bárbaros (Suevos, Alanos e Visigodos). No entanto, sabe-se agora que grande parte destas vilas continua habitada e em exploração, chegando algumas delas a perdurar até aos séculos VI e VII.

Aquilo a que se assiste a partir do século IV e inclusivamente durante a época visigótica é que, tanto nos casos das *villae* romanas abandonadas como naquelas que continuam em exploração, se documenta uma introdução de edifícios destinados ao culto cristão no interior das suas primitivas plantas arquitectónicas. Um exemplo curioso é a casa de Tancinus em Conímbriga que primitivamente poderá ter tido apenas um local para culto doméstico dando posteriormente origem a uma basílica com baptistério. O baptistério encontrava-se implantado no peristilo da *domus* de modo a aproveitar os sistemas romanos de condutas de águas (REAL, 1995).

Noutros casos poderá ter sido a própria Igreja a adquirir as propriedades e a fundar nelas pequenas igrejas, sedes de paróquias rurais, cristianizando locais anteriormente dedicados ao culto pagão como é, por exemplo, o caso da Igreja de S. Miguel da Mota no Alandroal que sucedeu a um santuário a Endovélico.

Sendo o cristianismo um fenómeno de origem essencialmente mediterrânica, é no Sul da Península Ibérica que se encontra grande parte dos vestígios atribuíveis a esta época. A sua maior concentração situa-se na zona Oriental de Évora e Beja, ou seja na área de influência da antiga capital administrativa romana e da então capital religiosa — Mérida.

O processo de mudança funcional e de sobreposição das novas estruturas Cristãs sobre as romanas deve ter sido um fenómeno paulatino e pacífico.

Segundo textos de Cipriano, sabemos que, desde o século III, existiam comunidades Cristãs na Península Ibérica. O que se verifica é uma continuidade no processo que acompanhou a cristianização do mundo romano, embora em casos raros se tenha verificado resistência de algumas praticas pagãs sobre a nova religião.

A própria arte e arquitectura visigótica apropriam-se muitas vezes das técnicas e soluções romanas sendo por vezes muito difícil conseguir distinguir, sem que haja algum elemento característico cristão, o que é obra romana ou visigótica.

### O caso português

O actual território português encontra-se ainda muito pouco estudado no que respeita a esta época. A documentação histórica é escassa e em termos de arquitec-

tura, poucos são os exemplos de edifícios cuja atribuição cronológica aponte para este período.

Restam-nos assim os vestígios arqueológicos que, neste caso, se revestem da maior importância, enquanto reflexos da vida cultural e religiosa das populações da Hispânia.

Embora a época visigótica/paleocristã não seja ainda muito estudada pela comunidade arqueológica portuguesa, como acontece por exemplo com as épocas pré-histórica e romana, têm, nas últimas décadas, sido escavados importantes sítios tardo-romanos, com vestígios de culto cristão na última fase de ocupação. São exemplos os casos da *villa* romana de Torre de Palma, em Monforte, com uma basílica do século IV com baptistério anexo, de S. Cucufate, na Vidigueira com um templo pagão posteriormente cristianizado e do Monte da Cegonha, também na Vidigueira, onde foi escavada uma basílica do século V.

Em Mértola foi igualmente escavada uma basílica paleocristã que se encontra musealizada e onde foram encontradas diversas sepulturas desta época.

O que se verifica no território português é, como já vimos anteriormente, uma lenta adopção do Cristianismo.

Assim, quando os visigodos chegam ao Ocidente da Península<sup>2</sup>, na segunda metade do século V, grande parte da população encontrava-se já cristianizada.

Torna-se assim difícil saber, com alguma precisão, a data da introdução do Cristianismo no território actualmente português. As primeiras referências escritas à presença de comunidades cristãs datam de 301, onde, no concílio de Elvira, estiveram presentes representantes das comunidades de Ossonoba (actual Faro) e Ebora (actual Évora) (LOPES, 2003).

#### A arte visigótica ou paleocristã – principais características

A chegada dos povos bárbaros à Península Ibérica parece não ter trazido contributos significativos no plano da arte e da arquitectura, verificando-se, como já vimos anteriormente, a continuidade da tradição hispano-romana, confundindo-se, de certa forma, com a própria expansão do Cristianismo na bacia do mediterrâneo durante o século IV. Esta continuidade não se verifica, todavia, nos planos da arte e arquitectura, perdendo-se a capacidade de produção de edifícios e obras de arte monumentais como acontecia, por exemplo, na época imperial.

Segundo José Mattoso (MATTOSO, 1992), mantêm-se em actividade oficinas de escultores e arquitectos em Mérida, Toledo e Córdoba. Em Portugal, e tendo em conta a perfeição técnica de alguns conjuntos, ter-se-ão mantido em actividade

as oficinas de Lisboa, Beja e Sines, embora a escultura se tenha reduzido à decoração de frisos e outros elementos ornamentais, associados sobretudo a espaços religiosos.

Apesar da escassez no actual território português, e até mesmo na Península Ibérica, de edifícios claramente de época visigótica, a relativa abundância de elementos arquitectónicos decorados parece apontar, segundo Cláudio Torres, para a presença de templos e de algumas casas particulares com alguma grandiosidade (TORRES, 1993).

A simplicidade e austeridade do exterior dos templos contrastavam fortemente com os interiores finamente decorados com elementos arquitectónicos de grande valia artística.

Mesmo as igrejas ou basílicas de carácter mais rural, como seria, em princípio, o caso de Montemor-o-Novo, encontrar-se-iam profusamente decoradas no seu interior.

Justino Maciel defende que a arte do período visigótico é sobretudo uma arte religiosa e daí o seu estudo no contexto da arte Cristã (MACIEL, 1995). De facto, muitos dos motivos decorativos utilizados na escultura de época visigótica revelam claras influências cristãs. É por exemplo o caso das cruzes e estilizações, as ramagens de videira, o alfa e o ómega que simbolizam o princípio e o fim e, em casos mais raros, estilizações de animais.

Na arte visigótica predominam essencialmente os motivos geométricos e florais repetidos uniformemente.

#### Os materiais de Montemor-o-Novo

À excepção das peças 4 e 5 do catálogo, em granito, todas as restantes peças aqui estudadas são de mármore. D. Fernando de Almeida salientava que grande parte das pedras visigóticas se encontrava lavrada em mármore de S. Brissos (perto de Beja), referindo que a expansão deste tipo de pedra se estendia desde Elvas a Beja (ALMEIDA, 1966-67).

Coincidência ou não, as peças de mármore constituem as mais elaboradas do conjunto aqui estudado. Serão estas peças originárias de uma oficina escultórica de Beja? De facto, grande parte destas peças apresenta claras semelhanças com materiais de Beja, e segundo José Mattoso, aqui se situaria um centro de produção deste tipo de materiais (MATTOSO, 1992).

Quanto às peças 4 e 5, apresentam características decorativas relativamente pobres pelo que colocamos a hipótese de se tratar de peças esculpidas por um artista local.

Todas as peças estudadas apresentam características artísticas essencialmente geométricas e florais. Apenas a peça N.º 1 possui simbologia claramente cristã com a cruz patada e o Alfa e Ómega.

A presença destes materiais aponta claramente para a presença em Montemor-o-Novo de uma comunidade visigótica Cristã, entre os séculos VI e VII. À excepção da peça proveniente do Escoural, todas as restantes encontram-se ou foram encontradas no Castelo, pelo que, muito provavelmente, aqui se situaria a povoação visigótica.

Como já vimos anteriormente, o povoamento visigótico deriva, grande parte das vezes, de um povoamento mais antigo de época romana. A presença de alguns materiais dispersos de época romana na colina e encostas do Castelo parece comprovar essa presença.

O povoado visigótico teria características essencialmente rurais com uma pequena Basílica. Parece-nos praticamente fora de questão a hipótese de alguns dos materiais serem provenientes de casas particulares, pelo que estes materiais decorariam as paredes interiores da Basílica.

Desconhecemos, no entanto, a sua localização no interior do Castelo. A posição da peça N.º 6 (imposta) nas paredes da Igreja de S. João Baptista parece indicar que se encontra ainda *in situ*. Terá a Igreja de S. João Baptista uma origem visigótica? Só escavações arqueológicas no local e picagem das paredes nos poderiam confirmar esta hipótese.



Peça 1: Friso

**Peça 1**

**Tipologia:** Friso<sup>3</sup>;

**Localização:** Museu de Arqueologia do Grupo dos Amigos de Montemor;

**Proveniência:** Zona Oriental do Castelo de Montemor-o-Novo (ALMEIDA, 1966-67);

**Dimensões:** Largura: – 1.42 metros; Altura – 0.52 metros; Espessura – 0.11 metros;

**Descrição:** Fragmento de friso, ao que tudo indica, praticamente completo, com três círculos limitados por decoração em forma de corda. O Círculo esquerdo possui estrela, geometricamente perfeita, com possivelmente, 12 pontas, embora só 9 sejam actualmente visíveis. O círculo do centro possui roseta com onze pétalas que partem de um pequeno círculo central. Por último, o círculo da direita apresenta a típica cruz patada visigótica que parte igualmente de um pequeno círculo central e termina com os braços em linha curva. Entre o braço esquerdo e o braço inferior, possui inscrito o ómega e entre o braço direito e o braço superior o alfa, que segundo a simbologia cristã, representam o princípio e o fim. D. Fernando de Almeida (ALMEIDA, 1966-67) refere ainda, no espaço entre os círculos, a existência de decoração com uma haste que se desenvolve em duas volutas<sup>4</sup>.

As características mais eruditas desta peça, em comparação com as restantes aqui estudadas, fazem-nos colocar a hipótese de se tratar de uma peça proveniente de uma importante oficina de escultura – talvez Beja ou até mesmo Mérida. De facto, todos os temas expressos neste friso encontram diversos paralelos nesta cidade (CRUZ VILLALÓN, 1985).

Peça 2: Ábaco



### Peça 2

Tipologia: Ábaco<sup>5</sup>;

Localização: Museu de Arqueologia do Grupo dos Amigos de Montemor;

Proveniência: Zona Oriental do Castelo de Montemor (ALMEIDA, 1966-67)

Dimensões: Largura – 0.48 metros; Altura – 0.10 metros; Profundidade – 0.37 metros;

Descrição: Fragmento de ábaco, em mármore, com decoração em tetrafólios, ou rosetas de quatro folhas. São actualmente visíveis três rosetas inteiras e duas fragmentadas não sendo assim possível determinar as dimensões originais desta peça.

Segundo Cruz Villalón, este tipo de decoração resulta da combinação de círculos secantes com o mesmo diâmetro, constituindo, por vezes, uma ilusão óptica das cruces de braços curvos (CRUZ VILLALÓN, 1985).

Este tema decorativo é um dos mais característicos da época visigótica, pelo que esta peça encontra paralelos em vários locais, com destaque para Mérida (CRUZ VILLALÓN, 1985), Sines (ALMEIDA, 1968-69), e Beja (TORRES, 1993).

### Peça 3

Tipologia: Possível Mesa de Altar;

Localização: Museu de Arqueologia do Grupo dos amigos de Montemor;

Proveniência: Foros da Carvalha (Santiago do Escoural);

Dimensões: Largura – 0.43 metros; Altura – 0.92 metros; Espessura – 0.10 metros;

Descrição: Fragmento de possível mesa de altar em mármore. Possui dezasseis volutas em todas as extremidades à excepção da inferior, em que se encontra fragmentada. As volutas são de tamanhos diferentes destacando-se as da extremidade supe-



Peça 3: Mesa de Altar

rior de dimensão ligeiramente inferior às laterais. Apresenta ainda decoração muito pouco legível nas paredes laterais, em princípio rosetas ou tetrafólios, idênticos ao da peça 2 – ábaco.

Esta peça está classificada no Museu de Arqueologia como tampa de sepultura do período romano, no entanto, o facto de apresentar decoração nas paredes laterais e a própria temática decorativa com volutas e tetrafólios levou-nos a considerá-la como pertencente ao período visigótico. Por outro lado, a decoração nas paredes laterais parece estar mais associada a uma mesa de altar, onde essa decoração seria claramente visível.

Apesar de não conhecermos paralelos para esta tipologia, a decoração inscrita nesta peça apresenta vários paralelos em Beja, Sines e Mérida.

#### Peça 4:

**Tipologia:** Friso/Placa;

**Localização:** Torre do Relógio – Alçado Oeste;

**Proveniência:** Castelo de Montemor-o-Novo;

**Dimensões:** Devido à sua localização não foi possível efectuar a medição desta peça;

**Descrição:** Friso de forma rectangular com seis círculos tangentes – dois na extremidade superior, dois na extremidade inferior e um em cada extremidade lateral. Ao centro possui círculo com estrela no seu interior.

Embora o tema dos círculos tangentes seja recorrente na arte visigótica não encontramos paralelos para esta peça.

Segundo Cruz Villalón (CRUZ VILLALÓN, 1985) as estrelas constituem motivos pouco frequentes na arte visigótica, embora a sua simbologia possa estar associada à cruz ou ao *Crismón*.

A simplicidade decorativa parece indicar que estamos perante uma peça de fabrico regional ou até mesmo local.

#### Peça 5

**Tipologia:** Friso/Placa;

**Localização:** Torre do Relógio – alçado Oeste;



Peça 4: Friso/Placa



Peça 5: Friso/Placa

**Proveniência:** Castelo;

**Dimensões:** Devido à sua localização não foi possível efectuar a medição desta peça;

**Descrição:** Friso de forma rectangular com seis círculos tangentes – três na extremidade superior e três na extremidade inferior. Entre estes círculos tangentes existem três círculos completos, embora só dois deles sejam claramente visíveis;

Tal como na peça anterior, também para esta não encontramos qualquer paralelo. De facto as semelhanças artísticas entre esta peça e a peça N. 4 fazem-nos pensar que ambas poderão ter sido esculpidas na mesma oficina.

#### Peça 6

**Tipologia:** Imposta;

**Localização:** Igreja de S. João Baptista – antiga porta do alçado Sul;

**Proveniência:** Castelo;

**Dimensões:** Não foi possível efectuar a medição completa desta peça uma vez que grande parte dela se encontra embutida na construção da Igreja;

**Descrição:** Na área visível da peça possui decoração ondulante com volutas ou espirais<sup>6</sup>. Possui orifício de encaixe na base inferior. Os motivos ondulantes e as volutas são igualmente temas constantes no vocabulário artístico visigótico embora seja mais raro aparecerem associados. Os motivos ondulantes aparecem sobretudo relacionados com temas vegetalistas, sobretudo folhas de videira e cachos de uva. As volutas aparecem mais associadas a remates de motivos decorativos dos capitéis.

Encontrámos apenas um paralelo para esta peça num motivo decorativo de uma pilastra de cancela proveniente de Beja (TORRES, 1993).

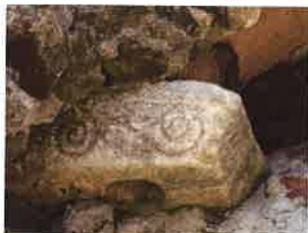
#### Peça 7

**Tipologia:** Estela Funerária/Friso;

**Localização:** Integrada na exposição do Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo – Igreja de S. Tiago;

**Proveniência:** Castelo de Montemor-o-Novo;

**Dimensões:** Altura – 0.45 metros; Largura – 0.34 metros; Espessura – 0.12 metros;



Peça 6: Imposta



Peça 7: Estela Funerária/Friso

**Descrição:** devido ao estado fragmentado desta peça não é possível saber a sua função e tipologia. Motivo decorativo com disco de braços incisos com linhas curvas que lhe imprimem um sentido giratório.

Possuímos paralelos para esta peça em Mérida (CRUZ VILLALÓN, 1985) e num fragmento de imposta de Dume – Braga (FONTES, 1995).

### Bibliografia

ALMEIDA, D. Fernando de (1966-67), *Mais pedras visigóticas de Lisboa e do grupo lusitano*, in "O Arquivo de Beja", volume XXIII-XXIV, Beja.

ALMEIDA, D. Fernando de (1968-69), *Sines Visigótica*, in "O Arquivo de Beja", Volume XXV-XXVI-XXVII, Beja.

ARRIBAS DOMINGUES, Raúl (2000), *Los modelos arquitectónicos de culto Cristiano en el ámbito rural lusitano: el ejemplo de la villa de el Saucedo (Talavera la Nueva, Toledo)*, in "Actas da V Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispana (Cartagena 1998)", Barcelona.

COLLINS, Roger (2005), "La España Visigoda. 409-711", Barcelona, Ed. Crítica.

CRUZ VILLALÓN, Maria (1985), "Mérida visigoda. La escultura arquitectónica y litúrgica", Badajoz.

FONTES, Luis Fernando de Oliveira (1995), *A Igreja Sueva de Dume (Braga)*, in "IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica", Barcelona.

HAUSCHILD, Theodor (1986), *Arte Visigótica*, in "História da Arte em Portugal. Do Paleolítico à Arte Visigótica", Vol. I, Lisboa, Publicações Alfa.

LOPES, Virgílio (2003), "Mértola na antiguidade tardia. A topografia histórica da cidade e do seu território nos alvares do Cristianismo", Campo Arqueológico de Mértola.

MACIEL, Justino (1995), *A arte da Antiguidade Tardia (séculos III-VIII, ano de 711)*, in "História da Arte Portuguesa", Vol. I, Círculo de Leitores (Direcção de Paulo Pereira).

MACIEL, Justino (1996), "Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal", Lisboa, Edições Colibri.

MATTOSO, José (1992), *A época Sueva e Visigótica*, in "História de Portugal", Vol. I, Círculo de Leitores.

REAL, Manuel Luís (1995), *Inovação e resistência: dados recentes sobre a antiguidade Cristã No Ocidente Peninsular*, in "IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica", Barcelona.

TORRES, Cláudio (1993), "Núcleo Visigótico. Museu Regional de Beja", Museu regional de Beja/Assembleia Distrital de Beja, Beja.

#### Notas

1. Apesar de terem sido identificados alguns materiais, não foram encontradas até agora quaisquer estruturas arqueológicas de época romana.
2. Segundo José Mattoso (MATTOSO, 1992), a presença de tropas visigodas na Hispânia Meridional é atestada em 471, aparentemente em convivência pacífica com a população hispano-romana.
3. D. Fernando de Almeida classifica-a como "Fragmento de pilastra (?)".
4. Esta decoração não é actualmente visível, embora no artigo do referido autor ela esteja ainda bem saliente.
5. Os ábacos, também chamados de cimácios, são elementos arquitectónicos que se localizavam sobre o capitel e de onde arrancava o arco.
6. A decoração desta peça constituiu o motivo inspirativo para a criação do logo do Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo na Igreja de S. Tiago.